



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**8ª Superintendência Regional – São Luís/MA**

### **Anexo 1: Justificativas**

**Finalidade:** Este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

#### **Justificativas:**

##### **Da escolha da solução mais adequada ao atendimento da necessidade:**

A necessidade é demonstrada considerando que os serviços de execução de capa asfáltica com AAUQ facilitarão o trânsito de veículos e pessoas, com o escoamento adequado das águas pluviais, preservação do pavimento, conforto ao rolamento e segurança aos usuários, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos moradores beneficiados pela ação, por consequência para o desenvolvimento do município.

##### **Do procedimento de pesquisa de preços realizado e dos critérios adotados para a seleção dos orçamentos formadores do valor estimado:**

A pesquisa de preço foi realizada no SICRO e SINAPI por tratar-se de sistema de referência para elaboração de orçamento de infraestrutura. O valor estimado da contratação será obtido a partir da planilha orçamentária constante do Projeto Básico, elaborada com base em composições do SICRO e SINAPI atualizadas.

##### **Dos requisitos de aceitação:**

Quanto aos requisitos de aceitação da proposta, adoção das especificações técnicas previsto no projeto básico e/ou termo de referência.

##### **Das exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações:**

As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão comprove ter uma experiência mínima com obras de pavimentação de porte e qualidade compatíveis com o objeto licitado e que possui capacidade de executar os serviços de engenharia objeto deste Termo de Referência com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

##### **Da qualificação econômico-financeiro (índices econômicos):**

A Constituição Federal do Brasil, especificamente a norma prescrita no Art. 37, XXI, autoriza, no processo de licitação pública, que a administração exija, nos termos da lei, qualificação econômica indispensável à garantia do cumprimento das obrigações às quais o licitante se propõe a cumprir na forma do futuro contrato. A Lei 13.303/2016, Art. 58, II, preceitua, nesta seara, que um dos parâmetros exclusivos de apreciação da habilitação do licitante é capacidade econômica e financeira. Diante deste conjunto normativo, o administrador depara-se, também, com a jurisprudência sedimentada na Súmula nº 289 da Corte de Contas da União, a quem a Empresa Pública deve cumprimento.

A exigência de índices contábeis de capacidade financeira, a exemplo dos de liquidez, deve estar justificada no processo da licitação, conter parâmetros atualizados de mercado e atender às características do objeto licitado, sendo vedado o uso de índice cuja fórmula inclua rentabilidade ou lucratividade. É prerrogativa da administração, e via de regra, dever aferir objetivamente a capacidade do futuro contratado, não para construir um muro inútil de restrições comprometendo o caráter competitivo da licitação, mas para prevenir a adjudicação de objetos licitados a contratados sem condições de honrar os compromissos assumidos perante ela.

A administração deve ter percuciência ao definir os índices de avaliação da capacidade econômico-financeira de quem se proporá a executar o objeto em licitação, de modo a conquistar a garantia da execução do contrato e evitar restringir o caráter competitivo do certame. Diante da legislação e da jurisprudência alhures



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**8ª Superintendência Regional – São Luís/MA**

citadas, define-se nesta oportunidade, dois índices contábeis de liquidez e um de solvência com a finalidade, necessária, conveniente e oportuna de escolher a melhor proposta, cujo autor apresente capacidade econômico-financeira de bem executar o objeto contratado, sem surpresas no curso da avença.

Os índices escolhidos apresentam parâmetros atualizados de mercado, pois, os de liquidez são considerados, pela doutrina contábil, e pela Administração Pública que os utiliza constante e hodiernamente, próprios para o fim a que se está aplicando nesta licitação. Tais índice, inclusive e para demonstrar que possuem parâmetros atualizados, são a base de avaliação econômica aferida pela IN nº 03/2018-MP que instituiu o SICAF (cadastro da Administração Pública Federal, condição absoluta para a participação nas licitações eletrônicas da União).

Ademais, como a própria súmula indica, não há vedação à adoção de outros índices, desde que não queira medir a rentabilidade ou lucratividade da proponente e atenda às características do objeto licitado, como é o caso do índice de solvência geral. O consciente de cada índice deve ser pelo menos um. O ideal é que seja superior a um, o que demonstrar ter capacidade plena de cumprir os compromissos.

1. Liquidez Geral. É a liquidez a curto e longo prazo. Identifica a capacidade de pagamento da empresa a curto e longo Prazo. Ou seja, quanto possui a empresa no AC+RLP para cada real a pagar (PC+RLP). Demonstra a segurança no crescimento. Quanto maior que um, maior a capacidade de honrar os compromissos.

2. Solvência Geral. É a capacidade de uma empresa de honrar todos os seus compromissos financeiros a curto e longo prazo. Identifica a segurança apresentada, para pagar todos compromissos e ainda permanecer com reserva considerável, o que assegura sua sobrevivência por bom tempo no mercado. Mostra o quanto a empresa possui em seu ativo total para pagar cada real do passivo (menos o patrimônio Líquido).

3. Liquidez Corrente. É a liquidez a curto prazo. Identifica a capacidade de pagamento a curto prazo. Mostra o quanto há de ativo circulante para cada real de dívida a curto prazo.

Por tudo que se expôs, afigura-se plenamente razoável que a Codevasf disponha, como critério de aferição da saúde econômico-financeira das empresas que se proponham a com ela contratar, destes índices econômicos, pois, necessários, não para alijar do processo licitatório quem não os conseguir atendê-los, senão para possibilitar-lhe escolher a melhor proposta e a garantia da boa execução do objeto que ora lança na praça aos interessados em contratar sua execução, sem agredir o caráter competitivo da licitação.

#### **Da apresentação de Patrimônio Líquido:**

Com base na Súmula 275 do Tribunal de Contas da União, será exigida na presente licitação a apresentação de patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor orçado pela Codevasf no item (lote) da licitação a que concorrer, tendo em vista que a qualificação econômico-financeira visa demonstrar que a licitante dispõe, em tese, de capacidade financeira para executar os serviços de pavimentação a ser licitado. Em análise aos processos administrativos de penalização aplicados por esta Superintendência Regional, verificamos a ocorrência de fornecedores sancionados por inexecução das Ordens de Serviços de pavimentação. Sendo assim, tal exigência possibilita a prevenção da seleção de empresas sem condições financeiras para a mobilização das frentes de trabalho, evitando a execução incompleta ou insatisfatória dos serviços. Ademais, tende a dirimir possível inexecução total ou parcial por empresas “aventureiras”, afastando o prejuízo no benefício social a ser alcançado com a contratação e a perda do orçamento.

#### **Da qualificação técnica:**

Os itens que compõe a Qualificação Técnica (Habilitação) do presente TR, são a camada de revestimento asfáltico, instalação de sargetas e a pintura de ligação. Os quantitativos mínimos quanto à habilitação referente a estes serviços foram detalhados no item 9.1 deste Termo de Referência.

A exigência de atestado de capacidade técnica é obrigatória para a comprovação da qualificação técnica operacional das empresas concorrentes. Para reforçar a segurança e a transparência nesse processo, foram estabelecidos requisitos adicionais, como a apresentação de certidões de acervo técnico (CAT) ou anotações de responsabilidade técnica (ART/RRT) ou certidão de acervo técnico operacional (CAO). Ao permitir a apresentação tanto da ART quanto da CAO, além da CAT, ampliamos a participação de mais licitantes no certame, assegurando a presença de empresas capacitadas e idôneas, o que contribui para a integridade nesta etapa seleção de empresas.



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência Regional – São Luís/MA

**Das exigências habilitatórias indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações:**

Os itens, que compõe a Qualificação Técnica (Habilitação) do presente TR, foram selecionados conforme a complexidade de execução e qualificação técnica exigida para sua realização, com a adoção da curva ABC dos serviços mais significativos estabelecendo a dosimetria dos 30% dos quantitativos.

**Da não previsão de requisitos exigidos com vistas à sustentabilidade socioambiental da contratação:**

Ainda que a obra seja de pequeno porte e de caráter essencialmente viário, serão observadas medidas socioambientais proporcionais ao objeto, com vistas a garantir maior responsabilidade ambiental na execução. Entre elas:

- Destinação adequada dos resíduos sólidos oriundos da movimentação de terra e sobras de pavimentação, priorizando reutilização ou descarte em local licenciado;
- Controle da emissão de poeira durante a terraplanagem, com aplicação de água quando necessário;
- Utilização, sempre que possível, de insumos e materiais provenientes de fornecedores locais, contribuindo para a redução de emissões de transporte e para o desenvolvimento econômico regional;
- Orientação aos trabalhadores sobre práticas seguras e ambientalmente responsáveis no canteiro de obras;
- Manutenção preventiva de máquinas e equipamentos, a fim de reduzir ruídos e emissão de poluentes.

**Dos critérios de reajustamento:**

Esses critérios visam assegurar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados, garantindo que a administração pública mantenha uma gestão responsável e transparente dos recursos públicos.

**Índice de Preços:** O reajuste é baseado em índices de preços amplamente reconhecidos, que reflitam a variação de custos dos insumos utilizados no contrato.

**Periodicidade:** O reajuste está previsto no contrato e pode ocorrer em intervalos anual

**Motivos para Reajuste:** O reajuste é justificado pela variação de custos de insumos, mão de obra ou outros fatores que impactem diretamente a execução do contrato, garantindo que o valor pago à empresa contratada se mantenha compatível com a realidade do mercado.

**Limites de Reajuste:** É comum que o contrato estabeleça limites máximos para os reajustes, a fim de evitar distorções e proteger os interesses da administração pública. A ser analisado pela fiscalização a vantajosidade.

**Condições de Solicitação:** O contratado deve formalizar o pedido de reajuste com a devida documentação que comprove a variação dos custos, respeitando os prazos e procedimentos estabelecidos no contrato.

**Da necessidade da contratação:**

Atualmente as ruas do referido municípios encontram-se degradadas cuja necessidade é demonstrada considerando que a execução de capa asfáltica com AAUQ facilitará o trânsito de veículos e pessoas, com o escoamento adequado das águas pluviais, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos moradores beneficiados pela ação, por consequência para o desenvolvimento do município.

**Regime de execução:**

**Empreitada por Preços Unitários:** Preço certo de unidades determinadas. O pagamento será feito com base nas medições das unidades efetivamente executadas. Apesar do ótimo nível de detalhamento do projeto básico ou executivo, existem serviços que possuem certo grau de incerteza na definição dos quantitativos devido às suas características executivas, a exemplo de escavação de valas em areia e em rocha, reaterro de valas, momento de transporte de material para aquisição e para bota-fora. Além disso, como se trata de obra de complementação e finalização de serviços já existentes, podem ocorrer alguns



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional  
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
8ª Superintendência Regional – São Luís/MA**

imprevistos não considerados na planilha orçamentária. Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois serão pagos somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela contratada.

**Adoção do Regime de Contratação Semi-Integrada:**

A contratação semi-integrada contempla somente a elaboração do projeto executivo pelo contratado, devendo o projeto básico constar do edital, com definição precisa das frações do empreendimento em que haverá liberdade de as contratadas inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas;

A presente contratação não haverá liberdade de as contratadas inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, devendo elaborar o projeto executivo conforme especificações técnicas contidas no Termo de Referência, com base na demanda/local do município. Assim, A não adoção do regime de contratação semi-integrada justifica-se pela natureza da licitação, que será realizada na modalidade Licitação Codevasf, uma vez que o objeto da licitação tem caráter pontual, com projeto básico elaborado e escopo delimitado, demandando solução célere e adequada para assegurar eficiência, economicidade e atendimento ao interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021

**Da não instauração de procedimento de Intenção de Registro de Preços (dispensa de divulgação) e não permissão de participantes na licitação:**

A divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP) não será admitida, tendo em vista que o presente objeto é de especificidade da Codevasf.

**Participação de Consórcios:**

Conforme item 6.1.2 deste Termo de Referência: *“será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio, de no máximo 2 (duas) empresas. Considerando que o objeto da licitação inclui elaboração de projetos, fornecimentos de equipamentos / materiais / insumos e instalação necessários à implantação dos sistemas, o que ampliará a competitividade de empresas que terão condições, justifica-se a participação de consorciadas na licitação, uma vez que, isoladas, poderiam não conseguir preencher os requisitos necessários.”*

**Participação de Cooperativa:**

Não será permitida a participação de Cooperativas, uma vez que não se enquadra o objeto da licitação de contrato de mão de obra para execução sob a forma de cooperados, não havendo a necessidade de permissão de participação de licitantes na forma de cooperativa, conforme estabelece a IN 5/2017.

**Participação de microempresa e empresa de pequeno porte:**

Serão concedidos os benefícios para as Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte previstos nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, e no Decreto nº 8.538/2015, tendo em vista que o valor estimado do item é menor que R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), ensejando, assim, o direito aos benefícios previstos para ME/EPP, conforme do art. 4º, §1º, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

**Visita:**

Não obrigatória. Recomenda-se às LICITANTES que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato. Faz-se necessária simples declaração do licitante de que tem pleno conhecimento das condições de prestação dos serviços.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**8ª Superintendência Regional – São Luís/MA**

**Permissão para Subcontratação:**

**Sim:** Não poderão ser objeto de subcontratação as parcelas de maior relevância e consideradas principais do objeto, mas tão-somente, aquelas que possam ser entendidas como atividades auxiliares e que não dizem respeito às atividades fim da contratada, tendo em vista não ser possível fracionamento dos encargos/obrigações constantes neste termo de referência.

**Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:**

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo superior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

**Desapropriação:**

Não aplicável. Os serviços serão executados em vias públicas estaduais e municipais, desta forma não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, assim sendo desnecessária a elaboração do Projeto de Desapropriação.

**Justificativa vantajosidade da divisão do objeto da licitação em itens(lotes) ou parcelas para aproveitar as peculiaridades do mercado e ampliar a competitividade, desde que a medida seja viável técnica e economicamente e não haja perda de economia de escala:**

Não se recomenda pelo parcelamento da solução, do ponto de vista de eficiência técnica considerando que o gerenciamento da obra permanecerá sobre a gestão de um único contrato, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

Para a execução das obras não há viabilidade técnica na divisão dos serviços, que em sua grande maioria são interdependentes, visto que o atraso em uma etapa construtiva implica no atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e o final com a entrega da obra.

Entende-se também que não há viabilidade econômica, uma vez que a tendência é que os custos sejam reduzidos para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro. A divisão gera perda de escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado, pois os serviços são executados por empresa de mesmo ramo de atividade, além de indicar o fracionamento o objeto.

Então, recomenda-se que a contratação, não seja parcelado, por não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto contratado.

**Divulgação do valor orçado:**

Público: Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU – Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.

**Critério de Julgamento:**

Menor preço, de acordo com o Art. 54 da Lei n.º 13.303/2016.

**Garantia do Objeto:**

A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.



**Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional**  
**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**8ª Superintendência Regional – São Luís/MA**

**Garantia de Execução (caução):**

É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato.

**Licença Ambiental:**

A Licença Prévia está sendo providenciada pela Unidade de Licenciamento Ambiental e Administração Fundiária (ULF) da Gerência Regional de Suporte Integrado (8ª GRS). É responsabilidade da empresa contratada, junto ao órgão ambiental seja municipal ou estadual, a emissão das demais licenças, a Licença de Instalação - LI e a Licença de operação – LO seja na fase de elaboração do projeto executivo ou na fase de obra, respeitando as concessões de cada fase do órgão ambiental.